

Resistir com educação ambiental é reexistir na Maré

Educação ambiental nas favelas vai é uma pedagogia de memória, ancestralidade e futuro

Kaya Mendes

| Rio de Janeiro, Brasil |



Foto: Ardofox

Antes do concreto e asfalto, a Maré era água, mangue, peixe. Essa memória apagada pela urbanização forçada demonstra como a favela da Maré sempre foi território ambiental. Resgatar essa história é também educar — lembrar que cuidar do ambiente é cuidar da vida.

É por isso que a educação ambiental, nas favelas, vai muito além de reciclar: é uma pedagogia de memória, ancestralidade e futuro.

O Brasil vive uma contradição. Enquanto se discute transição energética, milhões de favelados seguem privados do acesso a saneamento básico. Esse abismo tem nome: racismo ambiental.

Como lembra Sueli Carneiro, as desigualdades no Brasil são atravessadas pela questão racial; são majoritariamente corpos negros que vivem nesses territórios e enfrentam os maiores impactos da degradação ambiental. A educação ambiental na favela, portanto, não é um favor, mas um direito e um ato político que questiona quem pode viver com dignidade na cidade.

Quando ingressei no ativismo ambiental, sentia que a favela não tinha nenhuma característica atribuída ao “meio ambiente” tradicional. Quando se fala em meio ambiente, logo vêm à mente grandes árvores, parques florestais, ar fresco, rios limpos. Ao analisar a Maré, quase não enxergamos esses elementos.

Foi então que percebi que a favela também é meio ambiente. O esgoto que corta as vielas, a falta de coleta de lixo, o calor extremo das casas de tijolo, o mangue esquecido — tudo isso faz parte da ecologia urbana que vivemos.

Inspirada por Paulo Freire, entendi que a educação ambiental precisa partir da nossa realidade concreta: falar de dengue, enchentes, poluição da Baía de Guanabara, mas também de memória e pertencimento de quem todos os dias inventa sua sobrevivência.

Diante disso, me juntei a outras favelas que também passaram a perceber seus territórios como parte da cidade. A Maré hoje abriga cerca de 140 mil habitantes, em aproximadamente 15 favelas.

Aqui, iniciativas como a *Carta para a educação da Maré*, da Redes da Maré mostram a complexidade de se pensar a educação num território onde as escolas são fechadas regularmente por conta de operações policiais.

Outra publicação da Redes da Maré, o *Boletim Direito à Segurança Pública na Maré*, revela o impacto: em 2016 foram 20 dias de aulas suspensas; em 2017, 35 dias; em 2018, 10 dias; em 2019, 24 dias; em 2020, 8 dias; em 2021, 6 dias; e em 2022, 15 dias letivos perdidos, com 62% das operações acontecendo próximo a escolas e creches.

Quando alunos finalmente retornam à sala de aula, já estão em descompasso. A Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, em vez de considerar esses atravessamentos, insiste em padronizar o ensino, como se a favela vivesse as mesmas condições de outras áreas da cidade. Isso anula a capacidade do estudante favelado de desenvolver habilidades que poderiam ampliar suas oportunidades no futuro.

E o contraste é gritante: estamos a poucos minutos da maior universidade federal do Rio de Janeiro, a UFRJ. Embora a proximidade física seja visível, o acesso continua distante. Mesmo com iniciativas de pré-vestibulares solidários, a base de ensino público, fragilizada pela violência e pela falta de investimento, impede que a maioria dos jovens consiga chegar à universidade.

Até a década de 1940, a Maré era uma área de manguezal costeiro da Baía de Guanabara. A confluência daquele espaço era completamente outra: manual, ancestral e profundamente conectada com atividades pesqueiras, que garantiam a sobrevivência de muitas famílias.

As casas de palafita marcaram a paisagem e a vida de moradores, que testemunharam, ao longo das décadas, a destruição da biodiversidade local e a transformação radical do território.

Essas populações — a que se soma a intensa migração nordestina, composta por trabalhadores que vieram em busca de emprego e acabaram compondo a força social e cultural desse território e da cidade — presenciaram o processo de extinção da própria Baía de Guanabara como ecossistema vivo. O projeto de destruição começou com as reformas urbanas no Rio de Janeiro, que removeram moradores de diversas áreas centrais da cidade e os empurraram para regiões como a Maré.

Hoje, além de serem penalizadas pelos impactos dessa degradação, pessoas moradoras da favela ainda são responsabilizadas pelos danos ambientais, como se fossem elas os agentes principais da poluição.

Mas a verdade é outra: a maior responsabilidade por esse feito não é da favela, nem de seus

moradores, e sim de um projeto histórico de racismo ambiental que empurra comunidades inteiras para áreas de risco, retira delas o direito à cidade e ainda tenta culpabilizá-las pelas crises climática e urbana.

E foi dessa forma que me percebi parte desse meio, que vive os impactos climáticos até hoje, que sofre na pele concentrações absurdas de calor extremo e que mal respira.

Como propõe Nêgo Bispo, resistir é reexistir: pensar a favela como território ambiental é romper com a visão colonial de que esses espaços são marginais, sujos ou sem valor. É assumir que a favela, historicamente invisibilizada, já produz soluções criativas para a crise climática e para os desafios urbanos que o próprio Estado insiste em não enfrentar.
